



COMARCA DE GOIÂNIA
NAJEC - Núcleo de Atermação dos Juizados Especiais Cíveis

FORMULÁRIO DE RECLAMAÇÃO

***Distribuído por Dependência ao Processo (execução):**

Prioridade:	<input type="checkbox"/> Maior de 60 Anos	<input type="checkbox"/> Grávida	<input type="checkbox"/> Doença Grave
	<input type="checkbox"/> PNE	<input type="checkbox"/> Tutela Provisória de Urgência	
Embargante:			
Nome:			
Estado Civil:		Nacionalidade:	
RG:	Órgão Exp:	Data Emissão:	
CPF:		Profissão:	
Endereço:			
Bairro:		Cidade:	
Estado:		CEP:	
Fone:		E-mail:	

O(s) autor(es) acima qualificado(s), vem à presença de V. Exa. propor a presente:

AÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO <i>Fundamento Legal: Art. 52 IX da Lei 9.099/95 c/c Art. 914 do CPC-2015</i>
Embargado:
Nome:
CPF/CNPJ:
Endereço:
CEP:
Fone:

I – DADOS SOBRE OS EMBARGOS

Alegações:

1. () Falta ou nulidade da citação no processo, se ele correu à revelia;
2. () Manifesto excesso de execução, sendo o valor devido de R\$ _____, em razão do pagamento parcial no valor de R\$ _____;
3. () Erro de cálculo, sendo o valor devido de R\$ _____;
4. () Causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, superveniente à sentença, a saber: _____.
5. () Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação;
6. () Penhora incorreta ou avaliação errônea;
7. () Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução;
8. () Qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento;
9. () Impenhorabilidade da quantia constrita, por se tratar de valor referente a salário, aposentadoria, ou pensão, conforme documentos anexos (NCPC 833 inciso IV);
10. () Impenhorabilidade da quantia constrita, por se tratar de valor referente a saldo depositado em caderneta de poupança, no limite legal de **40 (quarenta) salários mínimos** (art. 833, inciso X, NCPC).
11. () Outro:

II – FATOS RECLAMADOS (CIRCUNSTÂNCIAS)

III – PEDIDO DO RECLAMANTE

Posto isso, requer a Vossa Excelência:

1. (X) Seja(m) a(s) ré(s) citada(s) na forma da lei para, no prazo legal, oferecer(em) sua resposta, sob pena de ser tidos verdadeiros todos os fatos narrados na inicial;
2. (X) Seja designada Audiência conforme determinação legal do Art. 53, §1º, da Lei 9.099/95;
3. () Proceder a LIBERAÇÃO, em **caráter liminar**, via Sistema **BACENJUD ou RENAJUD**, dos bens desta embargante.
4. Sejam julgados procedentes os EMBARGOS para que:
 - () Seja DECLARADA a falta ou nulidade da citação no processo, se ele correu à revelia;
 - () Seja DECLARADO o excesso de execução, sendo o valor devido R\$ _____;
 - () Seja RECONHECIDO erro de cálculo, sendo o valor devido R\$ _____;
 - () Seja DESCONSTITUÍDA a sentença em razão da causa superveniente, a saber: _____;
 - () Seja DECLARADA a impenhorabilidade da quantia constrita, por se tratar de valor referente a salário, aposentadoria, ou pensão, conforme documentos anexos;
 - () Seja DECLARADA a impenhorabilidade da quantia constrita, por se tratar de valor referente a saldo depositado em caderneta de poupança, no limite legal de 40 (quarenta) salários mínimos.
5. (X) Seja deferido o benefício da gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 e ss. do NCPC.

IV – DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS:

Lista dos documentos comprobatórios que possuir:

- 1)
- 2)
- 3)

V – DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS:

CPF;
RG;
Comprovante de endereço;

Valor da Causa: R\$ *

Nestes termos, pede deferimento.

Goiânia-GO, ____/____/____.

Assinatura

**Limite: Valor máximo (sem assistência de advogado): 20 (vinte) salários mínimos – R\$18.740,00 (2017).*

TERMO DE RESPONSABILIDADE e CIÊNCIA:

O reclamante DECLARA que:

- 1) Todas as informações da petição inicial são de minha inteira responsabilidade, sendo certo que o resultado do processo depende da comprovação dos fatos e do convencimento do juiz.**
- 2) As informações e os documentos contidos na inicial foram livremente fornecidas por mim, e a causa de pedir, objeto da reclamação, é de minha opção pessoal e de livre espontaneidade.**
- 3) O não comparecimento à(s) audiência(s) acarretará a extinção do processo, bem como a condenação ao pagamento de custas judiciais, salvo se for acatada como falta de justo motivo mediante a apresentação de prova justificada da ausência, conforme art. 51, I da Lei nº 9.099/95.**
- 4) Foi advertida que, embora nas causas de até 20 (vinte) salários mínimos a ação possa ser proposta pessoalmente, sem advogado, é conveniente e recomendável que a pessoa esteja sempre assistida por advogado, principalmente quando a parte ré estiver acompanhada de advogado ou se tratar de pessoa jurídica ou firma individual, conforme dispõe o art. 9º, § 1º, da Lei nº 9.099/95.**
- 5) Nos termos do Art. 2º da Lei nº 9.099/95*, declaro que aceito receber intimações em um dos telefones acima informados.**

Goiânia-GO, ____/____/____.

Assinatura